

A. I. N° - 298963.0103/02-0
AUTUADO - SUPERMERCADO DOURADO LTDA.
AUTUANTE - ANTONIO CALMON ANJOS DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ VALENÇA
INTERNET - 06/08/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0237-03/02

EMENTA: ICMS. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Foi retificado o lançamento, reduzindo-se o débito originalmente exigido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 30/03/02, para exigir o ICMS no valor de R\$5.035,26, acrescido da multa de 70%, em decorrência de falta de recolhimento do imposto, nos prazos regulamentares, referente a operações não escrituradas nos livros fiscais próprios – “o contribuinte deixou de contabilizar entradas de mercadorias, conforme vias das notas fiscais anexas, fato que autoriza a presunção legal de que foram pagas com recursos oriundos de operações tributáveis não oferecidas à tributação”, no período de janeiro a dezembro de 1999.

O autuado apresentou defesa, à fl. 86, alegando que lançou diversas notas fiscais, dentre aquelas relacionadas nesta autuação, de acordo com as fotocópias do livro Registro de Entradas acostadas. A final, pede a procedência parcial deste Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 113), acata as alegações defensivas e refaz o demonstrativo de débito excluindo os documentos efetivamente escriturados nos livros fiscais. A final, apura o débito no valor de R\$4.302,93.

O autuado foi intimado da informação fiscal, à fl. 119, mas não se manifestou nos autos.

VOTO

Da análise das peças processuais, constata-se que o Auto de Infração é decorrente de falta de pagamento do ICMS, por presunção legal, tendo em vista que o contribuinte deixou de lançar, em seus livros, notas fiscais de entradas de mercadorias.

Efetivamente, a falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente

realizadas e também não contabilizadas, consoante o disposto no § 4º do artigo 4º, da Lei nº 7.014/96.

Não obstante isso, o autuado comprovou nos autos que efetuou a escrituração de diversos documentos fiscais, dentre aqueles relacionados neste lançamento, conforme os documentos acostados às fls. 87 a 109, o que foi acatado pelo autuante, reduzindo-se o débito originalmente exigido, de R\$5.035,26 para R\$4.302,93.

Como o contribuinte, mesmo intimado, não se pronunciou a respeito da informação fiscal, entendo que concordou tacitamente com o novo valor de débito apurado.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298963.0103/02-0**, lavrado contra **SUPERMERCADO DOURADO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.302,93**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de julho de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR